



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

### Interpelação Escrita

A sociedade tem questionado a igualdade e a racionalidade do regime de passes mensais dos parques de estacionamento de Macau. Recentemente, o Governo afirmou que ia cancelar por completo os passes mensais, mas entretanto mudou de posição e veio dizer que não iam ser emitidos novos passes mensais quando os actuais portadores dos mesmos não os renovarem. O público ficou sem perceber esta mudança de posição do Governo. Nestes últimos dias, registaram-se sucessivas infracções relacionadas com parques de estacionamento, nomeadamente com a empresa gestora do parque de estacionamento do Jardim Comendador Ho Yin, que desde Maio de 2012 emitiu, a título experimental, 390 passes mensais. O Governo procedeu a uma averiguação séria junto de todos os parques de estacionamento de Macau, e afirmou que, por agora, não se verificavam infracções semelhantes<sup>1</sup>. Mas no prazo de menos de meio mês, o Governo detectou mais 11 parques de estacionamento públicos que emitiram, de forma ilegal e excessiva, passes mensais envolvendo 416 veículos e 20 motociclos, e que o número de passes mensais emitidos em excesso varia entre 1 e 126. Isto deixou a sociedade espantada.

Todos sabem que é o Governo que determina o número de passes

---

<sup>1</sup> Jornal Ou Mun, 10 de Novembro de 2015.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

mensais e as respectivas tarifas, portanto, este deve estar bem a par da situação de exploração de cada silo-auto. Foi a própria empresa gestora do parque de estacionamento do Jardim Comendador Ho Yin que revelou a infracção, o que suscitou a atenção da sociedade e obrigou o Governo a proceder ao acompanhamento e investigação de todos os parques de estacionamento de Macau, portanto, se não tivesse sido assim, é provável que as infracções dos referidos 11 parques de estacionamento se mantivessem em segredo. De facto, as tarifas simples e as tarifas do passe mensal são diferentes, assim como o são também a passagem para entrada e saída de veículos bem como o respectivo sistema de registo. Se o Governo assumiu, efectivamente, as suas responsabilidades de fiscalização, por que razão não detectou as referidas infracções no decorrer da revisão das contas dos parques de estacionamento e dos registos de entrada e saída? Ao longo destes anos, os residentes têm tolerado as dificuldades de encontrar lugares de estacionamento e o longo tempo de espera, mas afinal estes recursos públicos têm sido permanente e ilegalmente aproveitados pelas referidas empresas gestoras. Será que isto se deve a falta de fiscalização por parte do Governo, por ter assumido uma postura de “laissez-faire”? Ou será que tal se deve ao incumprimento de funções por parte dos governantes, que encobriram e toleraram essas irregularidades? O Governo deve proceder a uma investigação profunda sobre os referidos casos e imputar as devidas responsabilidades, esclarecendo o público sobre a situação.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Segundo o Governo, foram já enviadas cartas às diversas empresas gestoras exigindo que procedam, até 31 de Dezembro, à correcção das referidas irregularidades, realçando que não são reconhecidos os passes mensais ilegalmente adquiridos, e que os lugares reservados aos passes mensais emitidos em excesso vão ser retomados e transformados em lugares a ocupar pelos portadores de bilhetes simples. A par disso, as empresas infractoras vão ser punidas com o pagamento de multas, que podem variar entre 100 mil e 250 mil patacas. Entretanto, veja-se o exemplo do silo-auto Pak Lek, que emitiu mais 126 passes mensais do que os permitidos. Fazendo os cálculos com base na tarifa do passe mensal sem direito a lugar reservado, definido pelo Governo, que é de 800 patacas por mês, os rendimentos decorrentes dos referidos 126 passes mensais vão atingir 100,800 patacas. Portanto, a população em geral entende que as multas não vão produzir efeitos dissuasores, visto que para as empresas infractoras esse montante é apenas uma gota de água no oceano.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto ao funcionamento dos parques de estacionamento, o Governo deve estabelecer mecanismos para a inspecção regular aos mesmos e para a revisão periódica das respectivas contas. Já o fez? Em caso afirmativo, porque é que não detectou, ao longo destes anos, as referidas infracções? O Governo nem sabe desde quando é que tiveram lugar essas infracções. Será que esta situação se deve ao incumprimento de funções por parte dos funcionários públicos que encobriram e toleraram as



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

irregularidades? Será que alguém vai assumir as respectivas responsabilidades?

2. O Governo deve divulgar os pormenores das referidas irregularidades, por exemplo, há quanto tempo duravam e quais foram os proveitos conseguidos. Quando é que vai fazê-lo? Como é que o Governo vai tratar esses proveitos? Há quem entenda que o montante das multas não vai produzir efeitos dissuasores. De que medidas dispõe o Governo para prevenir a repetição de situações semelhantes?
3. Quando é que o Governo vai proceder à revisão do Regulamento do Serviço Público de Parques de Estacionamento? O Governo deve considerar efectuar, anualmente, um sorteio público para a redistribuição dos lugares reservados aos passes mensais, com vista a aumentar a rotatividade nos parques de estacionamento. Vai fazê-lo?

26 de Novembro de 2015.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Ho Ion Sang**